



**Instituto
Centro
de Vida**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO
MONITORAMENTO DAS FAZENDAS
PARCEIRAS**



Este relatório traz os resultados do monitoramento nas propriedades parceiras que utilizam o Protocolo Novo Campo, no ano de 2017.

Sumário

1. Contextualização	2
2. Objetivo do relatório	4
3. Metodologia	4
4. Resultados e Discussão.....	65
5. Avaliação do Sistema de Monitoramento	12
6. Conclusão.....	13

1. Contextualização

O Programa Novo Campo foi desenvolvido pelo ICV entre os anos de 2012 e 2016 com os seguintes objetivos: promover a intensificação sustentável da pecuária; reduzir a pressão por novos desmatamentos; e atender a demanda por carne com origem sustentável e desmatamento zero verificado. Ao final, os resultados demonstraram que a produção pecuária sustentável e livre de desmatamento é possível e como consequência ficou estabelecido o Protocolo Novo Campo. Este Protocolo estabelece os critérios e compromissos a serem seguidos pelas fazendas para produção sustentável.

PROTOCOLO NOVO CAMPO



Critérios mínimos de participação

- Cadastro Ambiental Rural (CAR)
 - Sem **desmatamento pós Jul/2008**
 - Sem **embargo** da Sema-MT ou Ibama
 - Não inserido na lista de **trabalho análogo ao escravo** do MTE
 - Sem sobreposição com **UC ou TI**
- = Critérios do TAC + desmatamento zero (invés de ilegal zero)
+ embargo Sema

Compromissos dos participantes

- Adotar as **Boas Práticas Agropecuárias** e as diretrizes do **GTPS**
- Firmar contrato com **assistência técnica / gestão agropecuária** credenciada
- Aplicar critério de **desmatamento zero na compra dos animais** (fornecedores indiretos)
- Efetivar a **regularização ambiental (PRA)**
- Conservar todos os **remanescentes florestais**

Monitoramento
Relatoria

✓ **Divulgação dos dados consolidados**

Após esse período, o ICV seguiu apoiando as fazendas parceiras e monitorando-as anualmente para acompanhar a aplicação do Protocolo. O Sistema de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV) é um mecanismo de avaliação de desempenho e atendimento aos requisitos de sustentabilidade (legais, produtivos, ambientais e sociais) do Protocolo Novo Campo/ICV. Os objetivos do MRV são: promover a melhoria contínua do sistema de gestão das fazendas; dar transparência aos projetos executados e aos resultados; e possibilitar a verificação dos mesmos pela cadeia de valor da carne e outras partes interessadas. A melhoria contínua se efetiva pelo aumento gradativo dos impactos positivos nas esferas econômica, ambiental e social e redução dos impactos negativos.

Para isso, as fazendas adotantes do Protocolo implementam projetos de ordem produtiva, referenciados pelas BPAs¹, ambientais e outros complementares. A avaliação para determinar este desempenho é realizada em dois níveis de atuação de acordo com os distintos indicadores avaliados e monitorados em cada nível:

- a) **Nível de Projetos:** as fazendas têm os projetos, recomendações e ações estabelecidos e monitorados pela Assistência Técnica e/ou ICV (ambiental). Indicadores produtivos e de execução dos projetos são levantados ordinariamente pelos técnicos credenciados, que organizam as informações e monitoram resultados. A partir daí são feitas análises para determinação do status de atendimento das metas e objetivos, e ações corretivas, quando necessárias, dentro de um processo de PDCA.
- b) **Nível de Sistema de Gestão do Programa:** no decorrer do período de avaliação as fazendas recebem auditorias internas anuais para classificar o nível de atendimento aos critérios e compromissos do Protocolo. São três as avaliações utilizadas para compor o resultado: o Guia de Indicadores de Pecuária Sustentável – GIPS; análise de imagens de satélite; e o BusCAR. O GIPS é utilizado para verificar o nível de sustentabilidade da fazenda diante dos Indicadores do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável - GTPS, a mesa redonda brasileira da pecuária sustentável. A análise da série histórica das imagens de satélite para verificar e comprovar que a produção é livre de desmatamento e não se desenvolve em áreas de Unidades de Conservação nem em Terras indígenas. A ferramenta BusCAR serve para comprovar o registro do CAR da fazenda e que a mesma não consta nas listas de trabalho escravo nem de áreas embargadas pelos órgãos ambientais estaduais/federais. Os resultados são analisados e alinhados entre si, determinando um resultado quantitativo dividido nos aspectos Legal, Social, Ambiental e Produtivo. Cada auditoria interna é registrada por meio de *check-list* dos requisitos aplicados e relatório individual de auditoria. Ao final de cada ciclo produtivo, em consonância ao processo de MRV, o resultado analítico do desempenho alcançado pelas fazendas é emitido pelo Gestor do Protocolo Novo Campo.

Esta avaliação tem os seguintes objetivos:

¹ Boas Práticas Agropecuárias – Pecuária de Corte, Embrapa <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/2018683/boas-praticas-agropecuarias-em-versao-web>

- a) Retroalimentar o sistema de gestão do Protocolo Novo Campo em relação aos projetos, planos e atividades desenvolvidas nas fazendas beneficiárias visando aperfeiçoar sua capacidade em promover a pecuária sustentável;
- b) Assessorar os gestores do Protocolo na avaliação das ferramentas instituídas e conseqüentemente tomada de decisão sobre suas eficácias;
- c) Avaliar o produtor parceiro no tocante ao cumprimento dos critérios e compromissos, e o desempenho produtivo e socioambiental da fazenda auditada.

2. Objetivo do relatório

Este relatório apresenta os resultados do Sistema de Monitoramento Novo Campo, discute seus resultados e avalia sua eficácia, propondo pontos que devem ser melhorados.

3. Metodologia

O Sistema de Monitoramento utiliza a metodologia de Monitoramento, Reporte e Verificação (MRV) para avaliação de desempenho e atendimento de requisitos do Protocolo Novo Campo. Com isso, busca dar transparência aos resultados alcançados, validar a metodologia e técnicas adotadas, e dar credibilidade ao protocolo perante a cadeia de valor. Para isso, são realizadas análises em três níveis: com o Guia de Indicadores de Sustentabilidade GIPS – GTPS; com a ferramenta BusCAR da Terras Consultoria; e relatórios do monitoramento dos critérios e compromissos feitos pelos técnicos do ICV.

3.1 Guia de Indicadores de Sustentabilidade GIPS do GTPS

Ao utilizar o GIPS, o sistema quer obter informações sobre o status atual da fazenda em relação à sustentabilidade e definir / priorizar pontos de melhoria. A aplicação do GIPS e o levantamento das informações foram realizados pelo Analista de Pecuária Sustentável André Luís Nunes – Zootecnista, e pelo Analista de Gestão Ambiental, Diego Antonio Ottonelli de Bona – Eng. Florestal; integrantes da equipe de Pecuária Sustentável do ICV. Nesta auditoria o ICV aplicou o GIPS utilizando o documento GIPS_Orientacoes_Verificacao_Draft_v0_1_produto_01. Os técnicos registraram as evidências necessárias para o julgamento dos níveis de cada indicador em visitas às propriedades, entrevistas com proprietários e funcionários, e consultas a documentos. Também foram consultadas empresas prestadoras de serviço como escritórios de contabilidade para as questões trabalhistas e de consultoria para questões técnicas,

ambientais e fundiárias. As evidências foram registradas por meio de fotos, anotações e relatórios individuais das fazendas.

3.2 BusCAR

A ferramenta BusCAR possibilita a análise da situação atual das propriedades rurais, analisa padrões de conformidade socioambiental e gera relatórios internos de auditoria e conformidade socioambiental. As análises são feitas por meio do cruzamento de dados do produtor (CPF / CNPJ e CAR) e monitoram três pontos cruciais para o Protocolo: a- Lista de trabalho análogo à escravidão do MTE; b- Lista de áreas embargadas pela SEMA / IBAMA; c- Fornecedores indiretos, que são as fazendas que fornecem bezerros para aquelas que fazem recria / engorda.

Através dos dados que os proprietários das fazendas parceiras coletam, sobre os fornecedores, o programa realiza as consultas à SEMA / IBAMA / MTE, assegurando a compra de animais de áreas em conformidade socioambiental.

3.3 Relatórios técnicos do ICV

Os técnicos do ICV fazem duas verificações, a primeira antes da fazenda ser incluída no Novo Campo, avaliando o atendimento dos critérios do Protocolo. A segunda é feita anualmente e acompanha a manutenção dos critérios iniciais e o cumprimento dos compromissos assumidos. Dentre estes destacam-se o monitoramento de ocorrências de desmatamentos indicados pelo Prodes; o cumprimento dos PRAs e a implantação do plano técnico – econômico indicado pela assistência técnica.

A análise do Prodes é documento produzido pelos analistas e técnicos do ICV, com base nos dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite – Prodes. O parecer técnico deverá apresentar os resultados e a conclusão da análise, validando ou não os desmatamentos detectados pelo PRODES para o imóvel rural analisado. Algumas situações de detecções falsas de desmatamento ou mesmo de deslocamento em relação a área real de ocorrência, justificam a análise espacial e temporal para validação dos polígonos de desmatamento detectados.

4. Resultados e Discussão

4.1. GIPS

Como o Guia foi criado em formato auditável, necessita de especial atenção e registro das evidências de cada indicador. Da mesma forma o produtor e as pessoas entrevistadas precisam estar cientes e convencidos da necessidade desta coleta de dados, fornecendo informações corretas.

O Quadro 1 e a Figura 1 apresentam os resultados médios² das cinco fazendas monitoradas em cada indicador. As Figuras 2 até 6 apresentam, separados por princípio, gráficos comparativos entre as cinco fazendas monitoradas para cada indicador. Para cada um há uma discussão de pontos relevantes aos resultados.

Quadro 1 – Média dos níveis das fazendas monitoradas pelo Guia de Indicadores da pecuária Sustentável do GTPS – 2017

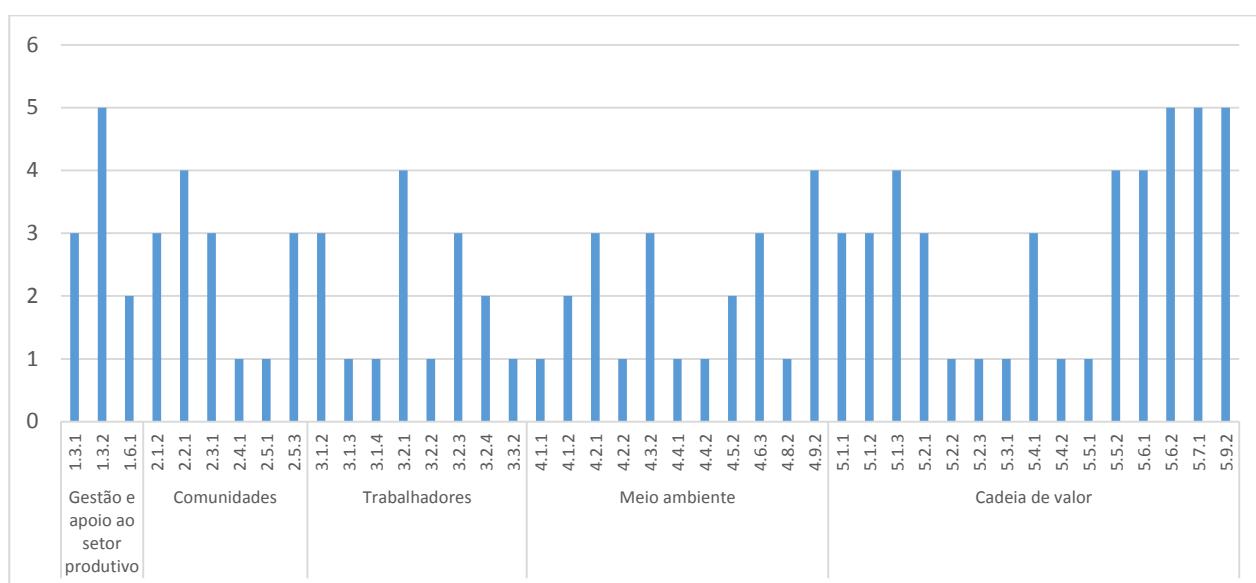
Princípios	Critérios	Indicadores	Nível	Achado
1. Gestão e Apoio ao Setor Produtivo	1.3	1.3.1	3	Os produtores utilizam indicadores econômicos
		1.3.2	5	O GEE das propriedades é maior que 100%
	1.6	1.6.1	1	Nem todas as propriedades mantêm registros de origem
2. Comunidades	2.1	2.1.2	3	Existem formas de comunicação e diálogo com a comunidade
	2.2	2.2.1	5	As propriedades apoiam programas de capacitação
	2.3	2.3.1	3	A maioria das propriedades realiza ou apoia em pelo menos duas áreas citadas
	2.4	2.4.1	1	Os produtores não têm conhecimento amplo sobre a cultura e o modo de vida das comunidades locais
	2.5	2.5.1	2	Todas as propriedades possuem documentação das terras
		2.5.3	3	Não há disputa pela posse e uso das terras
3. Trabalhadores	3.1	3.1.2	3	As fazendas atendem a uma parte da NR31, principalmente locais de refeição
		3.1.3	1	Existem necessidades de adequações em relação aos riscos a saúde e segurança dos trabalhadores
		3.1.4	1	Os produtores têm a intenção de promover treinamentos sobre saúde e segurança
	3.2	3.2.1	4	Os direitos trabalhistas são assegurados

² Para efeitos de arredondamento foi utilizada uma casa após a vírgula e quando este número era 5 ou mais, foi arredondado para cima, quando era 4 ou menos foi arredondado para baixo.

		3.2.2	1	Não há evidência de trabalho infantil, análogo ao escravo ou em condições degradantes
		3.2.3	3	Os produtores reconhecem, dão a devida atenção e mantêm sigilo caso haja incidentes da propriedade
		3.2.4	2	Os produtores mantêm cópias atualizadas dos acordos e convenções coletivas
	3.3	3.3.2	1	Os produtores identificam a necessidade de treinamento e capacitação dos funcionários
4. Meio Ambiente	4.1	4.1.1	1	Os produtores realizarão todas as licenças necessárias
		4.1.2	3	Os produtores implementam ações para prevenir, reduzir ou compensar impactos negativos
	4.2	4.2.1	3	As propriedades possuem o Relatório de Recomendações para Adequação Ambiental
		4.2.2	1	A quantidade de água utilizada nas fazendas não exige autorização de uso de água
	4.3	4.3.2	3	As propriedades possuem o Relatório de Recomendações para Adequação Ambiental
	4.4	4.4.1	1	Não há controle de resíduos gerados em especial embalagem de combustível e defensivos
		4.4.2	1	Não foi evidenciado local de descarte para animais mortos
	4.5	4.5.2	2	Fazem o controle do consumo de energia e combustível
	4.6	4.6.3	3	Faz intensificação das pastagens
	4.8	4.8.2	1	As fazendas não fizeram a adesão ao PRA porque o mesmo está em construção pelo estado
	4.9	4.9.2	4	Apenas uma fazenda apresentou desmatamento por ordem pública para linhão de energia
5. Cadeia de Valor	5.1	5.1.1	3	As fazendas recebem ATER
		5.1.2	3	As fazendas recebem ATER
		5.1.3	1	As fazendas recebem ATER
	5.2	5.2.1	3	Não houve plano de ação emergencial registrado
		5.2.2	1	Não possui plano de melhoria e adaptações das instalações
		5.2.3	1	Há intenção de melhoria nas instalações, veículos e procedimentos
	5.3	5.3.1	1	A maioria das fazendas não possui u calendário anual de controle sanitário e reprodutivo
	5.4	5.4.1	3	Os insumos utilizados são livres de produtos que possam comprometer a

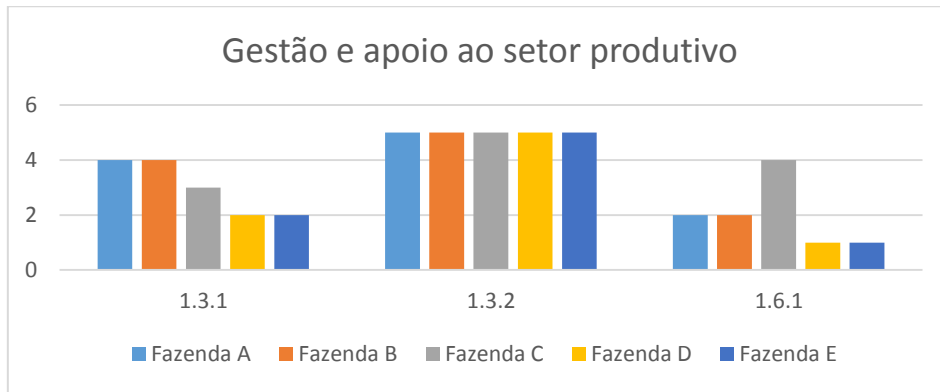
				qualidade do produto final
		5.4.2	1	As fazendas não fazem o registro do uso de todos os medicamentos
	5.5	5.5.1	1	As fazendas não possuem registro de origem dos subprodutos
		5.5.2	4	As fazendas fornecem suplementação adequada
	5.6	5.6.1	4	As fazendas mantêm identificação dos animais
		5.6.2	5	Disponibiliza informações relevantes
	5.7	5.7.1	5	Há o uso de touros melhoradores e IATF
5.9	5.9.2	5	Os produtos e insumos são provenientes de produtores locais	

Figura 1 – Média dos níveis dos indicadores das cinco fazendas monitoradas



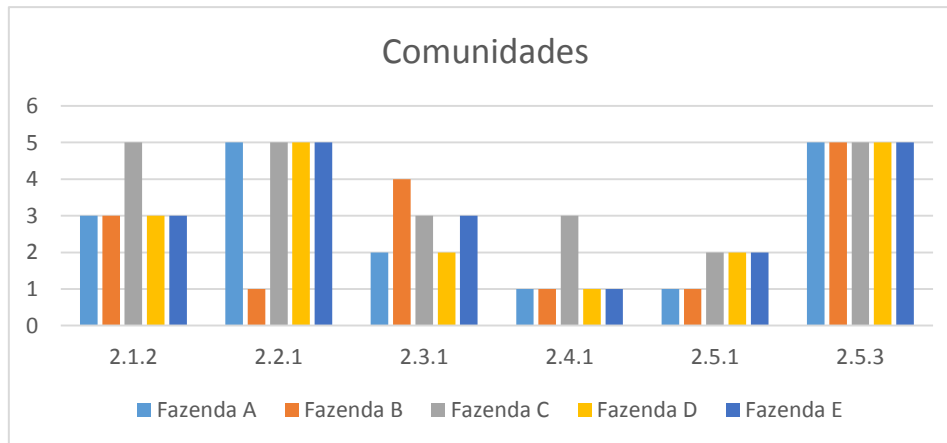
As médias dos níveis mostram o perfil das propriedades que utilizam o Protocolo, destacando os pontos positivos e aqueles que precisam de atenção. Na Figura 01, observamos que nos princípios *Gestão e Apoio ao Setor Produtivo* e *Cadeia de Valor* os níveis atingem os níveis mais altos. A explicação para isto é que ações nestes setores geram a renda imediata, o que é um resultado facilmente percebido pelo produtor. Porém, os indicadores relacionados aos princípios *Trabalhadores* e *Meio Ambiente* precisam de atenção, daí a necessidade de ações de conscientização neste sentido.

Figura 2 – Valores dos níveis do princípio de *Gestão e apoio ao setor produtivo*



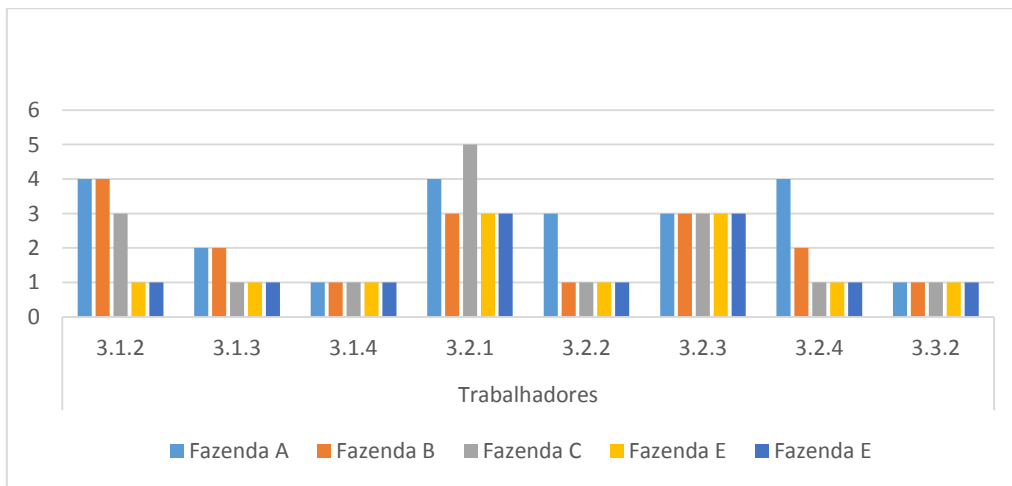
As fazendas possuem nível cinco em relação ao Grau de Eficiência na Exploração – GEE, indicador 1.3.2. No entanto, no indicador 1.6.1 precisam melhorar a organização dos controles de origem dos produtos comercializados, principalmente na compra de bezerros.

Figura 3 – Valores dos níveis do princípio de Comunidades



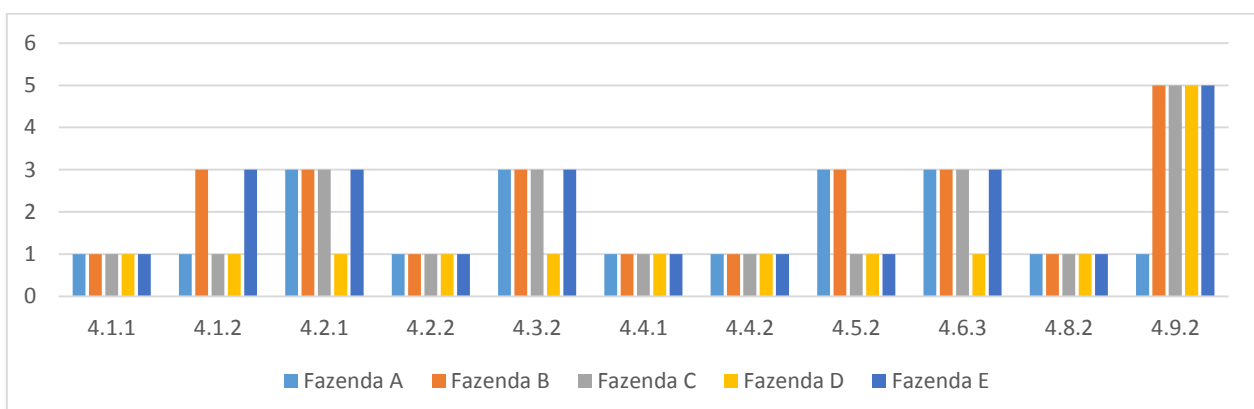
O indicador relacionado a disputa de terras, 2.5.3, foi ao nível máximo para todas as propriedades, e isso ocorre porque as divisas já estão bem consolidadas. O indicador 2.4.1, respeito ao patrimônio cultural, teve níveis baixos pois os proprietários não moram na cidade e conhecem pouco a comunidade que reside no entorno da propriedade. A exceção fica por conta de um proprietário que reside na fazenda, e em função disso mantém relacionamento próximo com a comunidade em seu entorno.

Figura 4 – Valores dos níveis do princípio de Trabalhadores



O princípio *Trabalhadores* precisa de bastante atenção, pois tem pontos negativos como os indicadores 3.1.3 e 3.1.4, referentes a segurança e saúde no trabalho. O Equipamentos de Proteção Individual - EPI, por exemplo, é fornecido aos trabalhadores mas seu uso não é exigido. Outro exemplo é o indicador 3.2.4, a maioria das fazendas não tem cópias dos acordos e convenções coletivas. Em nenhuma das fazendas foi encontrada situação de trabalho infantil, análogo ao escravo ou em condições degradantes (3.2.2), e uma delas já toma medidas para banir este tipo de ocorrência. Há também destaques positivos, como o indicador 3.2.1, pois todas as fazendas possuem seus trabalhadores, fixos e temporários, com contratos formalizados, e uma delas já com plano de benefícios. Outro ponto positivo é o 3.3.2, pois os trabalhadores já passaram por capacitação e os proprietários tem a intenção de seguir capacitando seus funcionários.

Figura 5 – Valores dos níveis do princípio *Meio Ambiente*

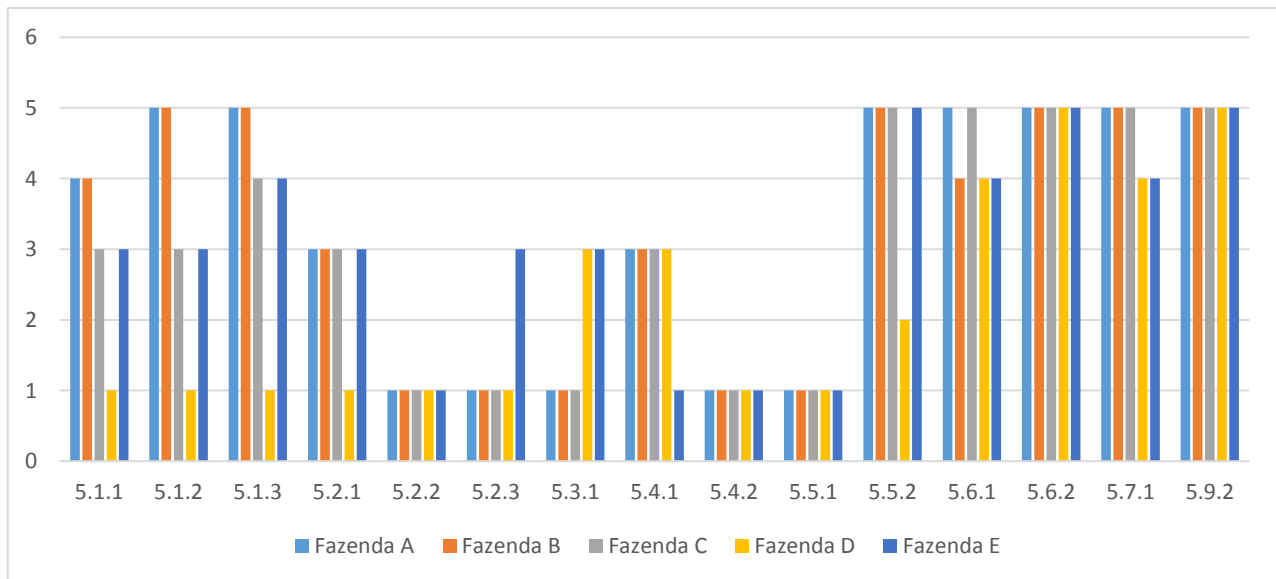


O indicador 4.1.1, que trata das licenças ambientais, está com todas as propriedades com o nível 1 (um), o que mostra que ainda é preciso melhorar a comunicação entre as partes. Os órgãos licenciadores precisam estabelecer um processo educativo sobre a legislação vigente, e os produtores precisam ser pró ativos na busca por informações neste sentido.

No indicador 4.8.2 as fazendas estão limitadas ao nível um pois o PRA do Mato Grosso ainda está em construção e os produtores não conseguem avançar de nível.

Um destaque positivo neste princípio é que não foram detectados desmatamentos recentes após verificação com dados do PRODES e análise de histórico de imagens de satélite, indicador 4.9.2. A exceção foi uma propriedade que teve um desmatamento realizado por ordem pública para passagem de linha de energia.

Figura 6 – Valores dos níveis do princípio *Cadeia de Valor*



Nos indicadores 5.2.2 e 5.2.3, relacionados às instalações e transporte dos animais, as condições encontradas são boas, mas as fazendas não têm planos para fazer melhorias. No indicador 5.3.1, relacionado ao calendário sanitário, as fazendas atendem ao calendário oficial mas não fazem registros internos sobre isso. A exceção é a fazenda cujo proprietário é médico veterinário. Um destaque positivo são os indicadores 5.5.2 e 5.6.1, suplementação alimentar e genética, pois os investimentos nestes itens geram rendimento financeiro imediato. Também foram bastante positivos os resultados nos indicadores 5.6.2, 5.7.1 e 5.9.2, que tratam de transparência de informações, melhoria contínua, e aquisição de insumos. Nestes três últimos, o trabalho em parceria com o ICV desde de 2012 ajudou a mudar os paradigmas dos produtores.

4.2. Terras

O BusCAR, da plataforma Terras, é a ferramenta utilizada com o objetivo de efetuar a verificação de conformidade socioambiental das fazendas parceiras. Sendo assim os dados do CAR da fazenda são inseridos e podemos identificar o polígono da propriedade,

verificando a existência, ou não, de ocorrências de desmatamentos indicados pelo Prodes. Durante as análises, apenas uma fazenda indicou uma área de desmate. O desmatamento registrado pelo PRODES no ano de 2008 realmente ocorreu, em data anterior a 22 de julho de 2008. No entanto, essa área da propriedade foi destinada como faixa de servidão para construção de uma linha de transmissão de energia elétrica. Tal situação, caracterizada como caráter permanente ou temporário exigida para o transporte e distribuição da energia elétrica, está regulamentada pelo Decreto Nº 35.851 de 16 de julho de 1954. Ou ainda no caso de desapropriação por declaração de utilidade pública (faixa de domínio), regulamentada conforme Decreto-Lei Nº 3.365 de 21 de junho de 1941.

Desta forma os produtores, interessados na utilização do protocolo, tem mais uma ferramenta para demonstrarem os cuidados socioambientais nas propriedades.

4.3. Relatórios técnicos do ICV

Documento confeccionado por analistas e técnicos do ICV, que apresenta os resultados e a conclusão da análise e a validação ou não dos desmatamentos detectados pelo Prodes. É uma revisão minuciosa da dinâmica de desmatamentos, sendo uma ferramenta de esclarecimento dos Prodes apontados, e também subsidia e complementa o relatório de recomendações para adequação ambiental.

5. Avaliação do Sistema de Monitoramento

Para uma análise sobre a efetividade do Protocolo como indutor de mudança da pecuária na região devemos considerar alguns pontos:

- Ao final do Programa Novo Campo algumas fazendas fizeram parceria com a empresa Pecuária Sustentável da Amazônia - Pecsas³ no modelo de parceria. Outras preferiram permanecer independentes e seguiram vinculadas ao ICV, ou ainda se desvincularam totalmente;
- Até que ocorresse a efetivação de uma nova assistência técnica credenciada houve um período de transição. Neste período, os produtores ficaram sem um técnico que acompanhasse a execução do planejamento das suas propriedades e trabalharam de acordo com seus próprios conhecimentos e habilidades;

³ <https://pecsa.com.br/pt/>

- Como consequência os proprietários não utilizaram os relatórios de 2016 como material norteador, causando ausência de melhoria significativa em alguns indicadores;
- Outro ponto importante é que das cinco fazendas que seguem atualmente o Protocolo em parceria com o ICV, apenas duas já faziam parte do arranjo inicial, e três ingressaram recentemente. Essas fazendas entrantes vislumbram: (a) a possibilidade de ganhos de escala em arranjos comerciais em parceria com as demais; (b) a possibilidade de melhorar seu acesso a crédito para investimento.

6. Conclusão

Como ponto positivo podemos destacar a aplicabilidade das ferramentas de monitoramento, através de técnicos treinados, levando a resultados claros e confiáveis. O sistema sintetiza o consolidado de informações a serem reportadas e a proposição da melhoria contínua das fazendas. Por meio dele é possível avaliar os planejamentos técnico-econômico e socioambiental da fazenda e visualizar aspectos que já evoluíram e outros que necessitam ser melhorados.

O processo de auditoria interna demanda maior esclarecimento junto aos proprietários e demais envolvidos no escopo do monitoramento em relação a seus objetivos e inserções, uma vez que o público não acostumado a processos de auditoria podem restringir o acesso a informações, muitas vezes, essenciais para a avaliação dos requisitos aplicáveis;

A organização documental por parte das fazendas, através de seus representantes produtores ou escritórios de contabilidade, precisam estar melhor organizados e disponíveis às consultas;

Os relatórios gerados a partir da auditoria interna devem ser utilizados para traçar metas e indicar soluções para os pontos críticos, e devem ser ferramentas utilizadas pelos proprietários e técnicos.

Assim, a melhoria continua e a busca pela sustentabilidade na pecuária, devem ser encaradas como um processo em desenvolvimento e o monitoramento é ferramenta essencial para isso.

Iniciativa de Pecuária Sustentável, Instituto Centro de Vida – ICV

André Luís Marques Nunes – Analista de Pecuária Sustentável

Diego Ottonelli de Bona – Analista Gestão Ambiental